

# PREFEITURA MUNICIPAL DE SUZANO

Estado de São Paulo

## TERMO DE CONVÊNIO Nº 086/2020

TERMO DE CONTRATO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O “**MUNICÍPIO DE SUZANO**” E A “**IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SUZANO**”, VISANDO O FORTALECIMENTO DO DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE PRESTADOS AOS USUÁRIOS DO SUS NA REGIÃO, PARA CUSTEIO COM A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS MÉDICOS E AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO E INSUMOS HOSPITALARES ATRAVÉS DO **PROGRAMA PRÓ SANTA CASA II**, COM O APORTE EXCLUSIVO DE RECURSOS FINANCEIROS DA SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE DO ESTADO DE SÃO PAULO, CONFORME DECIDIDO NOS AUTOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 04.955/2020, DE 01 DE ABRIL DE 2020.

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE SUZANO**, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 46.523.056/0001-21, com sede na Rua Baruel, nº. 501, nesta cidade e Comarca de Suzano, Estado de São Paulo, neste ato representado por seu Secretário Municipal de Saúde, **LUIS CLAUDIO ROCHA GUILLAMON**, portador da cédula de identidade RG nº 7.858.092-4-SSP/SP e do CPF/MF sob nº 683.168.798-91, doravante simplesmente denominado **MUNICÍPIO**, devidamente autorizados pela Lei Municipal nº. 3.555, de 10/05/2001 e a **IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SUZANO**, pessoa jurídica de direito privado, de natureza filantrópica, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 51.261.998/0001-19, com seus estatutos sociais devidamente arquivados no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas da Comarca de Suzano, Estado de São Paulo, neste ato representado pelo seu interventor, Dr. **ROSVALDO CID CURY**, brasileiro, viúvo, médico, portador da Cédula de Identidade RG. nº 5.268.491-SSP/SP, e do CPF/MF nº 386.862.108-30, residente e domiciliado na Rua Portugal Freixo, nº 222, Centro, na cidade de Suzano, no Estado de São Paulo, doravante simplesmente designada **INSTITUIÇÃO**, resolvem celebrar o presente termo convencional, com fundamentos nos artigos 196 a 200 da Constituição Federal, a Constituição Estadual, em especial os seus artigos 218 e seguintes; as Leis nº. 8080/90 e 8142/90, Lei Federal nº 8.666/1993, Decreto Estadual nº 59.215/2013, alterado pelo Decreto nº 62.032, de 17/06/2016, Decreto nº 40.902, 12 de junho de 1996, Decreto nº 52.423, de 29 de novembro de 2007, Deliberação CIB – 51 de 22 de Setembro de 2009 e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas, a saber:

### CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1. O presente convênio tem por objetivo, mediante conjugação de esforços dos convenientes, promover o fortalecimento do desenvolvimento das ações e serviços de assistência à saúde prestados aos usuários do SUS na região, mediante a transferência de recursos financeiros para ocorrer despesas com **CUSTEIO (Prestação de serviços médicos e aquisição de materiais de consumo e insumo hospitalares – Pró Santa Casa 2)**, conforme Plano de Trabalho anexo, que integra o presente.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – O plano de trabalho poderá ser revisto para alteração de valores, prazos e metas, mediante termo aditivo, respeitada a legislação vigente e após proposta previamente justificada pela “CONVENIADA” e parecer técnico favorável do órgão competente e ratificado pelo Titular da Secretaria, vedada alteração do objeto.

# PREFEITURA MUNICIPAL DE SUZANO

## Estado de São Paulo

### **CLÁUSULA SEGUNDA: DAS ATRIBUIÇÕES DO MUNICÍPIO**

#### **2.1. São atribuições do MUNICÍPIO:**

- 2.1.1. acompanhar, supervisionar e fiscalizar a execução do objeto deste termo, devendo zelar pelo alcance dos resultados pactuados e pela correta aplicação dos recursos repassados, com a indicação de gestor municipal de Saúde, qual seja, Dr. Luis Claudio Rocha Guillaumon, RG: 26.840.477-X e CPF: 269.157.058-48, Secretário Municipal de Saúde.
- 2.1.2. repassar os recursos financeiros previstos para a execução do objeto do convênio, de acordo com o cronograma de desembolsos previsto, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto;
- 2.1.3. publicar, no Diário Oficial do Estado, extrato deste termo e de seus aditivos, contendo, pelo menos, o nome do gestor do convênio e do signatário representante da Conveniada;
- 2.1.4. emitir relatório técnico trimestralmente de monitoramento de avaliação do convênio, nos termos da Resolução SS-95/2017 e atualizações;
- 2.1.5. analisar os relatórios financeiros e de resultados;
- 2.1.6. analisar as prestações de contas encaminhadas pela Conveniada de acordo com a legislação e regulamentação aplicáveis;
- 2.1.7. divulgar pela internet os meios para apresentação de denúncia sobre a aplicação irregular dos recursos transferidos.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DAS ATRIBUIÇÕES DA INSTITUIÇÃO**

#### **3.1. São atribuições da INSTITUIÇÃO:**

- 3.1.1. manter as condições técnicas necessárias ao bom atendimento dos usuários do SUS/SP com zelo pela qualidade das ações e serviços oferecidos, buscando alcançar os resultados pactuados de forma otimizada;
- 3.1.2. assumir a responsabilidade, em conjunto com municípios vizinhos, pela efetivação de um sistema de referência e contra referência que assegure, à população envolvida, o acesso a todos os graus de complexidade da assistência neles disponíveis;
- 3.1.3. alimentar, regularmente, os bancos de dados dos sistemas de informação de interesse do Sistema Único de Saúde – SUS;
- 3.1.4. aplicar os recursos financeiros repassados pela CONVENIENTE, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, exclusivamente na execução do objeto do ajuste e na forma prevista no plano de trabalho;
- 3.1.5. Existindo convênio de prestação de serviços SUS, disponibilizar os recursos assistências elencados na Ficha de Procedimentos Operacionais - FPO no sistema informatizado de regulação da SES-SP, Portal CROSS – Central de Regulação de Oferta de Serviços de Saúde do Estado de São Paulo ([www.cross.saude.sp.gov.br](http://www.cross.saude.sp.gov.br)), nos termos do disposto no artigo 4º da Resolução SS nº 95, de 24/11/2017;
- 3.1.6. indicar o(s) nome(s) do(s) Gestor(es), no âmbito da CONVENIADA, responsável(is) pela fiscalização da execução do convênio e manter atualizada a CONVENIENTE de qualquer alteração;

# PREFEITURA MUNICIPAL DE SUZANO

## Estado de São Paulo

- 3.1.7. gerir os bens públicos com observância aos princípios da legalidade, da legitimidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia, ficando sujeito às penalidades previstas em lei;
- 3.1.8. assegurar as condições necessárias ao acompanhamento, à supervisão, ao controle, à fiscalização e à avaliação da execução do objeto do convênio com o fim de permitir e facilitar o acesso de agentes relacionados à fiscalização a todos os documentos relativos à execução do objeto do convênio, prestando-lhes todas e quaisquer informações solicitadas;
- 3.1.9. apresentar prestações de contas parciais semestral e final, nos termos da Cláusula Sexta deste instrumento com relatórios de execução do objeto e de execução financeira de acordo com a legislação e regulamentação aplicáveis contendo:
- a) comparativo entre as metas propostas e os resultados alcançados, acompanhado de justificativas para todos os resultados não alcançados e propostas de ação para superação dos problemas enfrentados;
  - b) demonstrativo integral da receita e despesa realizadas na execução, em regime de caixa e em regime de competência;
  - c) comprovantes de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária.
- 3.1.10. atender a solicitação da CONVENIENTE através da apresentação de prestação de contas parcial, fora do prazo estabelecido no subitem 3.1.9.
- 3.1.11. responsabilizar-se, integral e exclusivamente, pela contratação e pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária do ESTADO a inadimplência da CONVENIADA em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto do convênio ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;
- 3.1.12. manter e movimentar os recursos financeiros repassados para a execução do objeto do convênio em uma única, exclusiva e específica conta bancária, aberta junto ao Banco do Brasil;
- 3.1.13. manter registros, arquivos e controles contábeis específicos para os dispêndios relativos ao objeto do convênio, até a publicação de regularidade pelos Secretaria de Estado da Saúde Coordenadoria de Gestão Orçamentária e Financeira 0000087967/2020 Sistema SANI - SES/SP - Documento Digital - Autenticação: 1686146625912020108134 em [www.sani.saude.sp.gov.br](http://www.sani.saude.sp.gov.br) Pag. 1/4 órgãos competentes, independentemente do prazo legal;
- 3.1.14. utilizar os bens, materiais e serviços custeados com recursos públicos vinculados ao convênio em conformidade com o objeto pactuado;
- 3.1.15. responsabilizar-se pela legalidade e regularidade das despesas realizadas para a execução do objeto do convênio, pelo que responderá diretamente perante o ESTADO e demais órgãos incumbidos da fiscalização nos casos de descumprimento;
- 3.1.16. comunicar de imediato e formalmente à CONVENIENTE a ocorrência de qualquer fato relevante à execução do presente convênio;
- 3.1.17. responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e quaisquer outras despesas de sua responsabilidade, resultantes da execução do objeto deste convênio,

# PREFEITURA MUNICIPAL DE SUZANO

## Estado de São Paulo

bem assim por eventuais danos ou prejuízos causados a terceiros, isentando a CONVENIENTE de qualquer responsabilidade;

3.1.18. ficam vedadas as seguintes práticas por parte da CONVENIADA:

- a) Utilizar, ainda que em caráter emergencial, os recursos repassados pela CONVENIENTE para finalidade diversa da estabelecida neste instrumento;
- b) Realizar despesa em data anterior à vigência do instrumento;
- c) Efetuar pagamento em data posterior à vigência deste instrumento;
- d) Realizar qualquer cobrança direta ou indireta ao paciente vinculado ao SUS por qualquer serviço referente a assistência a ele prestada nas dependências da CONVENIENTE;
- e) Efetuar pagamento a qualquer título a pessoa que não esteja diretamente vinculada à execução do objeto do convênio ou sem a devida contraprestação laborativa;
- f) Aplicar os recursos com despesas de taxas de administração ou assemelhada, tarifas, juros moratórios e multas e honorários advocatícios;
- g) Utilizar os recursos repassados para locação de imóvel;
- h) Celebrar contratos de qualquer natureza com empresas que estejam suspensas ou impedidas de licitar/negociar com a Administração Pública, bem como com empresas que tenham sido declaradas inidôneas para licitar/contratar com a Administração Pública, e ainda com empresas que estejam inscritas no CADIN Estadual;
- i) Contratar a prestação de serviço ou fornecimento de bens com a empresa que tenha entre seus empregados cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, daqueles que exercem cargos em comissão de direção ou assessoramento vinculados aos quadros da CONVENIENTE ou da CONVENIADA.

3.1.19. Responsabilizar-se pela indenização de dano decorrente de ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência, que seus agentes, nessa qualidade, causarem a paciente, aos órgãos do SUS e a terceiros a estes vinculados, bem como aos bens públicos móveis, assegurando-se o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis.

3.1.20. Realizar a pedido da CONVENIENTE o afastamento de qualquer pessoa dos seus quadros cuja atuação ou permanência apresente comportamento prejudicial ao bom andamento dos serviços desempenhados pela CONVENIADA;

3.1.21. Sempre que solicitado pela Conveniente, apresentar demonstrações contábeis, na forma de Fluxo de Caixa, para avaliação da saúde financeira da Conveniada, estando assegurado pela CONVENIENTE o sigilo das informações.

3.1.22. Criar e manter atualizado Portal de Transparência de Informações em que se disponibilizem dados para acompanhamento público da parceria com a CONVENIENTE de Estado da Saúde.

3.1.23. Disponibilizar, em seu sítio na rede mundial de computadores, a relação de pessoas jurídicas contratadas e dados de sua identificação (Endereço, CNPJ e outros pertinentes), bem como o objeto do serviço contratado.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - A INSTITUIÇÃO deverá fornecer campo de estágio às Escolas Técnicas (ETEC) e Faculdades Técnicas (FATEC), para as carreiras relacionadas à área da saúde, devendo fornecer relatórios periódicos a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao atendimento desta Cláusula.

# PREFEITURA MUNICIPAL DE SUZANO

Estado de São Paulo

## CLÁUSULA QUARTA – DO IMPORTE A SER LIBERADO

4.1. Para a regular execução deste Convênio, o MUNICÍPIO repassará à INSTITUIÇÃO recursos financeiros no valor total de **R\$ 10.800.000,00 (dez milhões e oitocentos mil reais)**, sendo R\$ 7.560.000,00 (sete milhões, quinhentos e sessenta mil reais) pela Secretaria do Estado da Saúde, parcelados da seguinte forma – 1ª parcela de R\$ 787.500,00 (setecentos e oitenta e sete mil e quinhentos reais) e demais parcelas mensais de R\$ 157.500,00 (cento e cinquenta e sete mil e quinhentos reais) e R\$ 3.240.000,00 (três milhões e duzentos mil reais), pela Prefeitura Municipal de Suzano, parcelados da seguinte forma – 1ª parcela de R\$ 337.500,00 (trezentos e trinta e sete mil e quinhentos reais) e demais parcelas mensais de R\$ 67.500,00 (sessenta e sete mil e quinhentos reais).

4.2. O valor especificado no item anterior deverá ser repassado, pelo MUNICÍPIO à INSTITUIÇÃO, mensalmente, cuja despesa onerará a seguinte dotação orçamentária **01.0990.10302.1000.2003.3350.39**, constante do orçamento vigente do MUNICÍPIO, que será regularmente empenhado, em nome da INSTITUIÇÃO, para atender a tal finalidade.

4.3. Conforme Plano de Trabalho apresentando a INSTITUIÇÃO compromete-se a aplicar a quantia total de **R\$ 10.800.000,00 (dez milhões e oitocentos mil reais)**, nos termos do Plano de Trabalho, anexos 1/6 a 6/6.

## CLÁUSULA QUINTA: DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

5.1. O MUNICÍPIO efetuará repasse dos recursos financeiros à INSTITUIÇÃO de acordo com o cronograma de desembolso estabelecido no Plano de Trabalho, observado o § 3º do art. 116 da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações posteriores, além do previsto na legislação municipal incidente. Os recursos serão transferidos na forma de repasse único, observados os parâmetros já estabelecidos.

## CLÁUSULA SEXTA: DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

6.1. A INSTITUIÇÃO prestará contas ao MUNICÍPIO, conforme o contido no Decreto Municipal nº. 7076, de 10 de janeiro de 2003, da seguinte forma.

6.1.1. **mensal:** mediante a apresentação mensal de relatório das atividades desenvolvidas, além do demonstrativo de execução físico-financeiro (Anexo “1/3”), do demonstrativo de despesas conforme Projeto (Anexo “2/3”) e, ainda, do demonstrativo de receita e despesa (Anexo “3/3”), todos referentes aos recursos recebidos no mês anterior, assinados pelo respectivo representante legal, acompanhados da documentação pertinente;

6.1.2. **final:** nos moldes dos Anexos “1/3”, “2/3” e “3/3” do citado Decreto até 30 dias após o recebimento do último repasse efetuado pelo Município.

6.2. Na prestação de contas deverão ser apresentados, conforme o caso, os seguintes documentos, mediante ofício específico:

6.2.1. relação, notas fiscais e fotos dos equipamentos, assinada pelo representante legal da INSTITUIÇÃO;

6.2.2. relatório das ações que comprovem o atingimento das metas definidas no Plano de Trabalho;

6.2.3. demonstrativo de execução físico-financeiro (Anexo “1/3” do Decreto nº. 7076/03);

6.2.4. demonstrativo mensal de despesas conforme Projeto (Anexo “2/3” do Decreto nº. 7076/03);



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SUZANO

## Estado de São Paulo

- 6.2.5. relação de pagamentos efetuados com recursos repassados pelo **MUNICÍPIO** conforme ordem cronológica de data de emissão do respectivo documento (e não da data de quitação), informando o número do cheque do respectivo pagamento no local apropriado (Anexo "3/3" do Decreto nº. 7076/03);
- 6.2.6. cópia dos extratos da conta bancária específica e conciliação bancária relativo ao convênio, se necessário;
- 6.2.7. cópia do convênio;
- 6.2.8. documentos de despesa, que deverão ser referentes ao mês de competência do recurso repassado, os quais conterão, ainda, obrigatoriamente, a indicação, nos respectivos originais, da menção expressa de todos os aspectos atinentes (identificação do Convênio, da fonte dos recursos repassados, etc.), para, em seguida, serem extraídas as cópias reprográficas que serão juntadas nas respectivas prestações de contas. Os originais dos documentos ficarão arquivados na **INSTITUIÇÃO**, à disposição dos órgãos fiscalizadores, podendo ser requisitados para verificação, na forma da legislação própria, com ulterior devolução;
- 6.2.9. estatuto social e suas eventuais alterações, acompanhado da ata da eleição da atual Diretoria, devidamente arquivados no Cartório competente;
- 6.2.10. balanço patrimonial e/ou demonstrativo de receita e despesa do exercício já exigível;
- 6.2.11. declaração da existência de fato e de funcionamento da **INSTITUIÇÃO**, relativa ao exercício em que o numerário foi recebido, firmada por autoridade pública estadual ou federal, com jurisdição neste Município;
- 6.2.12. manifestação expressa do Conselho Fiscal, ou órgão correspondente da **INSTITUIÇÃO** sobre a exatidão do montante comprovado, atestando estar depositada eventual parcela ainda não aplicada;
- 6.2.13. comprovante de recolhimento previdenciário que, por ventura, resulte da execução do contrato, nos termos da legislação aplicável, ou declaração expressa, sob as penas da lei, da sua não-incidência (Decreto nº. 7076/03, art. 11, V);
- 6.2.14. comprovante do recolhimento das demais obrigações patronais, que resultem da execução do contrato, ou declaração expressa, sob as penas da lei, da sua não-incidência (Decreto nº. 7076/03, art. 11, VI);
- 6.2.15. declaração, sob as penas da lei, de que expõe, em seu átrio ou portaria, que o respectivo objetivo social e/ou Programa/Projeto é desenvolvido com recursos públicos, especificando a esfera colaboradora e o órgão repassador, conforme modelo fornecido pelo **MUNICÍPIO**;
- 6.2.16. comprovante de recolhimento dos recursos não aplicados, quando houver, na conta bancária indicada pelo **MUNICÍPIO**, por ocasião da prestação de conta final.

6.3. Na prestação de conta final deverão ser atendidos todos subitens de 6.2.1 a 6.2.16 do item 6.2, acima.

6.4. Qualquer despesa em desconformidade com os percentuais previstos no Plano de Trabalho e/ou Plano de Aplicação do Projeto deverá ser previamente apreciada pelo responsável do setor competente do **MUNICÍPIO**, para ulterior deliberação do **CONSELHO**, com vistas a regular autorização, sob pena de não ser aceita.

6.5. Não serão aceitas, pelo **MUNICÍPIO**, as despesas referentes a juros de qualquer natureza, inclusive taxa de administração, tarifa de excesso ou qualquer tarifa oriunda de saldo devedor que a **INSTITUIÇÃO** venha a ter na execução dos trabalhos propostos.

### CLÁUSULA SÉTIMA: DA RESTITUIÇÃO

# PREFEITURA MUNICIPAL DE SUZANO

Estado de São Paulo

7.1. A **INSTITUIÇÃO** compromete-se a restituir, no prazo de 30 (trinta) dias, os valores repassados pelo **MUNICÍPIO**, atualizados pelos índices de remuneração das cadernetas de poupança, nas seguintes hipóteses:

- 7.1.1. inexecução total ou parcial do objeto deste Convênio;
- 7.1.2. não apresentação da documentação exigida, conforme o caso;
- 7.1.3. utilização dos recursos financeiros em finalidade diversa da estabelecida.

## **CLÁUSULA OITAVA: DO CONTROLE E DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONVÊNIO.**

8.1. O controle e a fiscalização da execução do presente ajuste ficarão sob encargo do órgão municipal responsável pela execução da política pública voltada para a área da saúde do **MUNICÍPIO**, sem prejuízo daquelas desenvolvidas, interna e externamente, pelos demais órgãos e Poderes, na forma da legislação própria e, em especial, o Decreto Municipal nº. 7076, de 10 de janeiro de 2003.

## **CLÁUSULA NONA: DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA**

9.1. Este Convênio poderá, a qualquer tempo e por iniciativa de quaisquer dos partícipes, ser rescindido ou denunciado mediante notificação prévia de 30 (trinta) dias, ressalvada a hipótese de rescisão por descumprimento de suas **CLÁUSULAS** ou por infração legal. Em qualquer caso, responderá cada partícipe pelas obrigações assumidas, até a data do rompimento do acordo.

9.2. Quando da denúncia, rescisão ou extinção do Convênio, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas nas aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos através de Guia de Recolhimento, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena de instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do **MUNICÍPIO**, nos termos do parágrafo 6º do art. 116 da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e modificações posteriores.

## **CLÁUSULA DÉCIMA: DAS ALTERAÇÕES**

10.1. Este Convênio poderá ser aditado, por acordo entre os partícipes, nos casos de acréscimo ou redução do número de atendidos, bem como para prorrogação do prazo de vigência ou suplementação de seu valor, ou a adequação a qualquer outro fator superveniente.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA VIGÊNCIA**

11.1. O prazo de vigência do presente Convênio será **até o dia 31 de dezembro de 2023**, tendo início a partir da sua data de assinatura, conforme previsto, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo, até o limite legal de 60 (sessenta) meses, desde que haja disponibilidade de recursos financeiros, estejam sendo alcançadas as metas fixadas pelo respectivo Projeto e ocorra o interesse dos partícipes.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA**

12.1. O presente Convênio é celebrado com lastro nos artigos 196 a 200 da Constituição Federal, a Constituição Estadual, em especial os seus artigos 218 e seguintes; as Leis nº. 8080/90 e 8142/90, Lei Federal nº 8.666/1993, Decreto Estadual nº59.215/2013, alterado pelo Decreto nº 62.032, de 17/06/2016, Decreto nº 40.902, 12 de junho de 1996, Decreto nº 52.423,

# PREFEITURA MUNICIPAL DE SUZANO

Estado de São Paulo

de 29 de novembro de 2007, Deliberação CIB – 51 de 22 de setembro de 2009 e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie, diante do contido e decidido no Processo Administrativo nº 04.955/2020, de 01/04/2020, que o integra independentemente de transcrições

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO VALOR ATRIBUÍDO AO TERMO CONVENIAL**

**13.1.** Para todos os efeitos legais, dá-se o valor total de **R\$ 10.800.000,00** (dez milhões, oitocentos mil reais) ao presente instrumento.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA PUBLICAÇÃO**

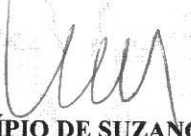
**14.1.** O setor competente do **MUNICÍPIO** providenciará a publicação do extrato do presente instrumento, dentro do prazo legal.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DO FORO**

**15.1.** Fica eleito o foro da Cidade e Comarca de SUZANO, Estado de São Paulo para dirimir quaisquer questões resultantes da execução deste Convênio e que não seja solucionada pelas partes de forma amigável e na esfera administrativa, ainda que outro concorra em competência, por mais privilegiado que seja.

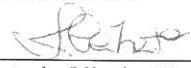
E por estarem de acordo com as CLÁUSULAS e condições ajustadas, firmam o presente termo de Convênio em quatro (4) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

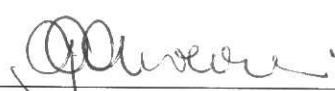
Suzano, 29 de abril de 2020.

  
**MUNICÍPIO DE SUZANO-SP**  
**LUIS CLAUDIO ROCHA GUILLAUMON**  
Secretário Municipal  
**MUNICÍPIO**

**IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SUZANO**  
**ROSVALDO CID CURY**  
Interventor  
**INSTITUIÇÃO**

TESTEMUNHAS:

1.   
Thábata de Oliveira Haseyama  
RG: 40.909.081-5-SSP/SP

2.   
Gisele Campos de Oliveira  
RG: 27.784.450-2-SSP/SP